

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/343384299>

Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero

Article · August 2020

CITATIONS

3

READS

719

2 authors:



Icaro Bonamigo Gaspodini

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

33 PUBLICATIONS 52 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Jaqueline Gomes de Jesus

Federal Institute of Rio de Janeiro

53 PUBLICATIONS 312 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Prejudice Against Sexual and Gender Diversity and Clinical Practice in Psychology [View project](#)



Jealousy, Infidelity and Conjugal Violence: A Sequential Mixed-Methods Study [View project](#)

**HETEROCENTRISMO E CISCENTRISMO: CRENÇAS DE SUPERIORIDADE
SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL, SEXO E GÊNERO**

Icaro Bonamigo Gaspodini¹,

Jaqueline Gomes de Jesus²

RESUMO

O objetivo deste artigo foi apresentar uma organização de conceitos por meio da qual seria possível identificar diferentes partes do processo de violência contra diversidade sexual e de gênero, no intuito de contribuir para que psicólogas/os examinem suas próprias crenças e atitudes, bem como repensem suas práticas psicológicas frente a esse público. Trata-se de um texto introdutório e didático, baseado em três marcadores sociais da diferença: orientação sexual, sexo e gênero. Entende-se que crenças de superioridade sobre orientação sexual (heterocentrismo) e sobre sexo e gênero (ciscentrismo) fundamentam práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização de pessoas transgênero (cisgenerismo) e pessoas intersexo (cissexismo), as quais se transformam em violência explícita quando culturalmente dessensibilizadas. Acredita-se que o conhecimento e a consideração de novos conceitos sobre diversidade sexual e de gênero fazem parte da preparação e atualização da/o psicóloga/o para combater o preconceito em suas diversas formas de atuação. Portanto, com este artigo, espera-se contribuir com a produção acadêmico-científica vigente no tema e disseminar conhecimentos fundamentais dessa área de estudos.

Palavras-chave: Preconceito; Diversidade Sexual e de Gênero; Psicologia.

**HETEROCENTRISM AND CISCENTRISM: BELIEFS OF SUPERIORITY ABOUT
SEXUAL ORIENTATION, SEX, AND GENDER**

¹ Psicólogo pela Faculdade Meridional (IMED), Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Doutorando em Psicologia na UNISINOS e professor do curso de graduação em Psicologia da IMED. ✉ icaroicaro@gmail.com

² Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília - UnB. Pós-Doutora pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV Rio. Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ). ✉ jaqueline.jesus@ifrj.edu.br

ABSTRACT

The objective of this article was to present an organization of concepts through which one could identify different parts of the process of violence against sexual and gender diversity, in order to allow psychologists to examine their own beliefs and attitudes, as well as reflect on their practices towards this public. It is an introductory and didactic text, based on three social markers of difference: sexual orientation, sex, and gender. We understand that beliefs of superiority about sexual orientation (heterocentrism) and about sex and gender (ciscentrism) are the basis of daily practices of invisibilization and stigmatization of transgender (cisgenderism) and intersex people (cissexism) and those become explicit violence when culturally desensitized. We also believe that acknowledging new concepts on sexual and diversity are part of a psychologist's preparation and professional development, regardless of their practices in Psychology. With this article, we hope to contribute to the academic production on this theme and disseminate fundamental knowledge in this area of studies.

Keywords: Prejudice; Sexual and Gender Diversity; Psychology.

Introdução

Até março de 2020, mais de 366 mil psicólogas/os realizavam suas práticas de promoção de saúde nos mais diversos contextos de atuação no Brasil (Conselho Federal de Psicologia, 2020). Assume-se que todas/os baseiem seu trabalho nos princípios de seu Código de Ética, entre os quais, está estabelecido que a/o psicóloga/o “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). No entanto, alguns estudos mostram que atitudes negativas de profissionais da Psicologia frente à diversidade sexual e de gênero implicam na realização de práticas patologizantes no país (Gaspodini & Falcke, 2018b, 2018c; Vezzosi, Ramos, Segundo, & Costa, 2019). Embora a Psicologia tenha apresentado uma participação histórica na patologização da diversidade sexual e de gênero (Tenório & Prado, 2016), nas últimas décadas, psicólogas/os têm se destacado na produção de conhecimento despatologizante nessa área. Conhecer e considerar essa produção pode ser entendido como uma das principais formas para realização de práticas despatologizantes em Psicologia (Gaspodini & Falcke, 2018c).

Diversos modelos de compreensão da sexualidade humana estiveram presentes ao longo da história. Prado e Machado (2008) reuniram três deles. O primeiro seria o *Modelo do sexo*

único, que vigora até o início do século XIX e entende o sexo feminino como uma forma defeituosa ou incompleta do sexo masculino (Laqueur, 1990). Em seguida, o *Modelo do dimorfismo radical*, presente entre o final do século XVIII e início do século XIX, posiciona o sexo feminino como diferente do masculino e utiliza essa compreensão como justificativa para considerar mulheres incapazes de realizar determinadas tarefas ditas masculinas – justamente aquelas consideradas relevantes e de prestígio social (Costa, 1995a, 1995b). Esses dois modelos servem menos para explicar a diferença entre homens e mulheres do que para justificar a desigualdade social entre os gêneros (Prado & Machado, 2008). É por isso que, em meados do século XX, o *Modelo da diversidade sexual* passa a reunir produções científicas que entendem as diferenças entre os sexos, os gêneros e as orientações sexuais como manifestações da diversidade humana. Entre outras características, esses estudos questionam a construção cultural do conceito de sexo (Butler, 1990; Scott, 1986), desvelam relações de poder baseadas em estruturas de normalidade (Canguilhem, 1966; Foucault, 1985) e passam a ser produzidos por estudiosas/os que fazem parte de grupos minoritários, em diálogo com os movimentos sociais (Jesus, 2014; Jesus & Kaas, 2010; Suess, 2014). Para profissionais da Psicologia, acredita-se que um exame crítico dos modelos que organizam suas crenças sobre sexualidade possa ser um passo inicial na construção de práticas despatologizantes.

No âmbito dessa nova perspectiva, duas dimensões da sexualidade humana foram conceitualizadas para ampliar a concepção de diversidade: orientação sexual e identidade de gênero. Atualmente, segundo um acordo assinado em 2017 por 24 associações de Psicologia de 16 países, incluindo oito órgãos brasileiros, advoga-se que psicólogos/os utilizem as definições propostas nos Princípios de Yogyakarta (American Psychological Association / PsycEXTRA, 2017). Assim, entende-se que a *orientação sexual* se refere à capacidade de cada pessoa para uma profunda aptidão emocional, afetiva e sexual, bem como relações íntimas e sexuais com indivíduos de um gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero. A *identidade*

de gênero diz respeito à experiência profundamente sentida e individual do gênero, o que pode ou não corresponder ao sexo designado no nascimento, incluindo o sentido pessoal do corpo (o que pode envolver, se escolhidas livremente, modificações na aparência ou funcionamento corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, incluindo vestimentas, falas e maneirismos (Yogyakarta Principles, 2007).

Sendo o preconceito um conjunto de crenças e atitudes que predispõem a discriminação (Allport, 1954), pode-se considerar que práticas patologizantes em saúde estejam relacionadas a crenças e atitudes negativas sobre um determinado grupo social. Se preconceito e discriminação são entendidos como manifestações da violência, pode-se pensar que processos não tão evidentes aconteçam em meio a práticas psicológicas os quais acabam por reproduzir comportamentos discriminatórios naturalizados ou dessensibilizados. A violência contra diversidade sexual e de gênero se configura como um processo social, histórico e cultural, inseparável da violência contra outros marcadores sociais da diferença, tais como raça/etnia, classe/posição social, deficiências, religiosidade, entre outros (Pelúcio, 2011).

Assim, no intuito de contribuir para que psicólogas/os examinem suas próprias crenças e atitudes, bem como repensem suas práticas psicológicas frente à diversidade sexual e de gênero, no presente artigo, apresentamos uma organização de conceitos por meio da qual seria possível identificar diferentes dimensões da violência contra diversidade sexual e de gênero. Partimos das noções de “heterocentrismo” e “heterossexismo” (Jesus, 2013), mas separamos as questões referentes a sexo e gênero nos conceitos de “ciscentrismo”, “cisgenerismo” e “cissexismo” (Aultman, 2014; Cava, 2016). Intenciona-se apresentar, de maneira introdutória e didática, uma ferramenta para análise de crenças, atitudes e comportamentos de profissionais da Psicologia e de psicólogas/as em formação, com base na organização de termos que se complementam, mas trazem especificidades que não podem ser generalizadas em apenas uma palavra. Além disso, pressupõe-se que desconhecer ou desconsiderar essas noções teóricas pode

se configurar em uma das expressões de violência implícita ou explícita nas práticas psicológicas.

Processo geral de violência contra minorias sociais

Para compreender os conceitos apresentados neste artigo, pode-se partir de uma visão geral do processo de violência contra minorias sociais, com base no que foi apresentado por Jaqueline Gomes de Jesus, em seu artigo publicado em 2013. Ainda que se corra o risco de simplificar a proposta conceitual, construímos a Figura 1 para ilustrá-la de forma introdutória e didática.

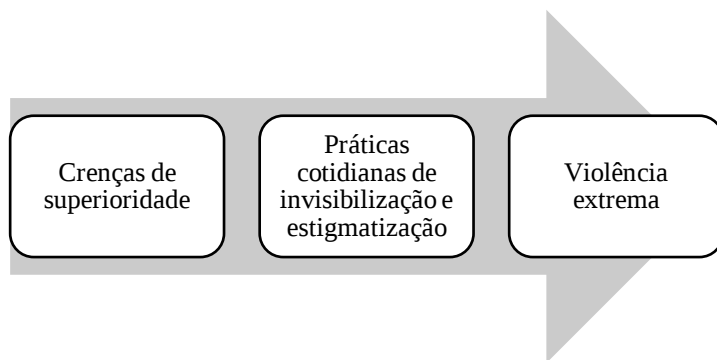


Figura 1. Ilustração didática do processo geral de violência contra minorias sociais com base em Jesus (2013)

Parte-se do pressuposto de que um conjunto de *crenças de superioridade* posicionariam determinado grupo social como central-superior e as demais identidades como marginais-inferiores (Bourdieu, 2014; Crenshaw, 1991). Essas crenças fundamentariam as aprendizagens culturais cotidianas que resultam na propensão para *práticas cotidianas* de invisibilização e estigmatização de indivíduos pertencentes a esses grupos sociais considerados inferiores. Exemplos incluem linguagem discriminatória, piadas, silenciamentos, entre outros (Jesus, 2013). Por sua vez, essas práticas acabam por fundamentar a *violência extrema* contra minorias sociais, pois expressões “menores” foram dessensibilizadas no cotidiano (Rankin, 2009). Embora a seta maior ao fundo da Figura 1 indique uma sequência linear, deve-se pensar

no caráter de retroalimentação entre as dimensões, pois uma crença de superioridade só se aprende pela observação das práticas cotidianas ou das expressões extremas de violência contra minorias sociais.

A partir do modelo geral de compreensão, pode-se tentar utilizar essa lente para elucidar processos específicos a quaisquer marcadores sociais de diferença (Pelúcio, 2011), tais como raça e/ou etnia, classe, cultura, religião e/ou espiritualidade. Neste artigo, apresentamos uma organização de conceitos relacionados a três marcadores específicos: orientação sexual, gênero e sexo designado. Ressalta-se que, embora a intenção seja levantar as especificidades da violência relacionada de cada marcador, não se pode esquecer que a própria noção de “marcadores sociais de diferença” se baseia no conceito de “interseccionalidade”, de Kimberlé W. Crenshaw (1991). Segundo Pelúcio (2011, p. 79), marcadores sociais da diferença são derivações “que se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais”. Isso explica por que, por exemplo, um homem homossexual branco é tratado de forma diferente pela sociedade quando comparado a um homem homossexual negro. Para o último, crenças de superioridade e práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização serão dirigidas a pelo menos dois marcadores sociais: orientação sexual e cor de pele.

Heterocentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual

A heterossexualidade tradicionalmente ocupa uma posição axial na compreensão do que se entende por orientação sexual, fazendo com que expectativas sociais sobre a sexualidade sejam compartilhadas de acordo com o gênero dos sujeitos (Butler, 1990). Desse modo, espera-se que homens se atraiam sexual, amorosa e romanticamente por mulheres e vice-versa. É uma pedagogia que perpassa o sujeito desde criança, quando passa a receber ensinamentos sobre quais tipos de relações íntimas deve estabelecer com crianças do seu gênero e do gênero oposto

ao seu (Louro, 1999). As orientações sexuais não heterossexuais são vivências de desejo que foram historicamente condenadas à invisibilidade e à estigmatização devido à crença compartilhada da superioridade da heterossexualidade (Jesus, 2013).

Essa ideia foi originalmente proposta no conceito de “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980) e então com as noções de “matriz heterossexual” (Butler, 1990) e “heteronormatividade” (Warner, 1991). Desenvolvem-se durante a terceira onda do movimento feminista, quando se passou a criticar a representação de uma noção universal de mulher, que excluía mulheres negras, lésbicas, transexuais, travestis, entre outras (Butler, 1990; Pelúcio, 2011; Scott, 1986). Significam, basicamente, que a organização do conhecimento empírico e teórico sobre a orientação sexual se dá a partir de uma lógica heterossexual, reprodutiva, marital e monogâmica. No Brasil, o conceito de “heterocentrismo” em sua publicação original (Jesus, 2013) buscava dar conta desses diferentes termos muitas vezes utilizados como sinônimos nas produções acadêmicas. A Figura 2 ilustra a explicação do conceito, com base no modelo geral de violência contra minorias sociais, mas trazendo as especificidades do marcador social da orientação sexual:

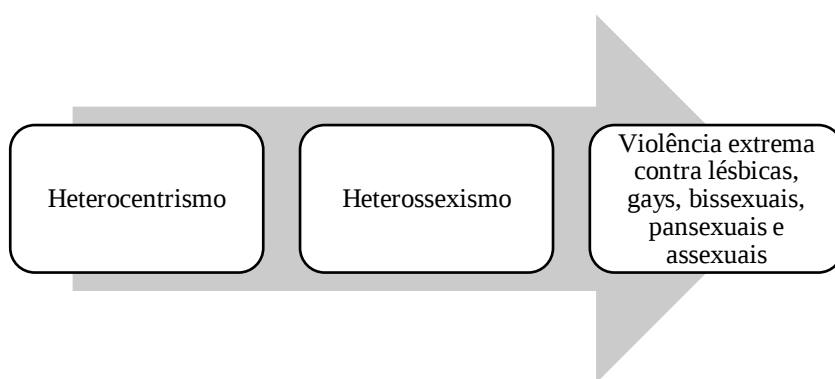


Figura 2. Processo de violência relacionado à orientação sexual

Assim, o termo “heterocentrismo”, segundo Jesus (2013), representa um conjunto de crenças sobre a orientação sexual, cuja visão de mundo centra a heterossexualidade como superior às outras orientações sexuais. Isso fundamenta aprendizagens culturais cotidianas geradoras de práticas de invisibilização e estigmatização de pessoas não heterossexuais, o que

se define por “heterossexismo” (Fish, 2006; Jesus, 2013). As crenças heterocentristas (superioridade) e as práticas heterossexistas (invisibilização e estigmatização) culminam na violência extrema contra lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais e assexuais. Observa-se que essas expressões extremas de violência são geralmente denominadas “homofobia” ou “violência homofóbica”. No entanto, acredita-se que o termo seja inadequado por duas razões principais: primeiro, porque geralmente alude a homens homossexuais, cujo preconceito sofrido tem especificidades diferentes de mulheres lésbicas ou pessoas bissexuais, por exemplo. Além disso, questiona-se o uso do termo “fobia” para nomear expressões radicais de violência, pois denota um caráter irracional que desconsidera os aspectos sociais, históricos e culturais que compõem a compõem (Herek & McLemore, 2013).

Faz sentido pensarmos que crenças são aspectos fundacionais do aprendizado cultural responsável por naturalizar diferenças e localizá-las “dentro” das pessoas, na forma de características individuais (Allport, 1954; Bourdieu, 2014). Assim, as crenças heterocentristas seriam responsáveis por práticas heterossexistas no âmbito psicológico. É possível que a/o profissional investigue a orientação sexual de pessoas não heterossexuais como uma diferença da heterossexualidade, sem questionar o posicionamento central dessa orientação sexual. Em meio às práticas psicológicas, são comuns perguntas tais como: “Por que minha filha é lésbica?”; “Existem diferenças entre o cérebro de homossexuais e heterossexuais?”; “A homossexualidade tem causa genética?”; “A pessoa nasce ou torna-se homossexual?” (Gaspodini & Falcke, 2018a, 2018c). Essas e outras indagações desviam a questão das crenças de superioridade em uma única organização da orientação sexual. Advoga-se, aqui, por uma mudança epistemológica: não é o sujeito que deve ser esquadrihado, estudado, pesquisado e inquirido para que se conheça a “causa” de sua diferença, mas o sistema relacional, social, histórico e cultural que produz essas diferenças pela naturalização de crenças de superioridade (Sennott & Smith, 2011; Suess, 2011). Algumas práticas heterossexistas foram identificadas

nas práticas clínicas em Psicologia no Brasil, tais como: partir do princípio de que a orientação sexual é uma escolha consciente e deliberada; ofertar intervenções de “conversão”, “reversão”, “inversão” ou “cura” relacionadas à orientação sexual; buscar causas da orientação sexual não heterossexual; minimizar a percepção que o cliente tem do preconceito sofrido; desconsiderar avanços teóricos e nomenclaturas relacionadas à diversidade sexual e de gênero (Gaspodini & Falcke, 2018a).

Ciscentrismo: crenças de superioridade sobre sexo e gênero

A lógica que sustenta a noção de orientação sexual é o binarismo do sistema “sexo = gênero”, que determina expectativas sociais de um alinhamento que pode ser representado por “macho-masculino-homem” *versus* “fêmea-feminino-mulher” (Butler, 1990). Segundo Sues (2014), ao longo das últimas décadas, perspectivas teórico-ativistas elaboradas por pessoas transexuais, travestis, transgênero e intersexo vêm permitindo refletir sobre os estudos que até então tratavam “sobre” essas pessoas, e que passam a debater sobre cidadania, interseccionalidade e reflexividade. Desse movimento, surge o termo “cisgênero”, que significa que o gênero de determinada pessoa é atualmente o mesmo que lhe foi designado ao nascer (Aultman, 2014; Cava, 2016). O gênero designado no nascimento é correspondente a um sexo feminino ou masculino, que é a construção de gênero da maioria das pessoas (a cisgeneridade). O prefixo *cis* (latim, “deste lado”) começa a ser utilizado em contraponto a *trans* (latim, “do outro lado”), para indicar que todas as pessoas (trans ou cis) desenvolvem social, histórica e culturalmente suas identidades e/ou expressões de gênero.

No Brasil, a popularização da palavra “cisgênero” e de outras criadas a partir do prefixo “cis” foi iniciada por pesquisadoras e ativistas como Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Kaas, Bia Pagliarini Bagagli e Viviane Vergueiro por meio do site *Transfeminismo: feminismo interseccional* (Kaas & Bagagli, n.d.), um espaço representativo do emergente movimento teórico-político de mesmo nome (Jesus, 2014). Além disso, o primeiro livro em contexto

brasileiro, *Transfeminismo: Teorias e Práticas*, organizado por Jesus (2014), oferece um panorama do movimento nos cinco anos anteriores à sua publicação. Trata-se de uma visão que busca novas estratégias discursivas realizadas pelas próprias pessoas trans, levando em conta um “imaginário social ligado à noção de uma divisão morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero como um fator de opressão das pessoas trans, por regular corpos não conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina” (Jesus & Kaas, 2010, p. 1).

Ainda quanto ao gênero, ressalta-se que as pessoas não binárias o vivenciam se expressam de formas fluidas ou neutras (Jesus, 2014). São pessoas que não adotam apenas uma expressão de gênero constantemente masculina ou feminina, e cuja subjetividade não se compõe por uma identidade e/ou expressão de gênero fixa. A dificuldade em compreender pessoas não binárias ou a necessidade de nomear uma pessoa no feminino ou no masculino se relaciona com a ideia de Judith Butler (1990) de que toda identidade é, na verdade, uma identidade de gênero.

Em relação à noção de sexo, o termo “cissexual” diz respeito à pessoa cuja atribuição de sexo biológico está em conformidade com a leitura de um sexo feminino ou um masculino (Cava, 2016). Hoje, as pessoas intersexo, antigamente chamadas de “hermafroditas”, no âmbito médico, são identificadas pelas siglas: DSD (transtorno no desenvolvimento sexual), baseada numa noção de anormalidade; e VSD (variações no desenvolvimento sexual), baseada numa noção de variabilidade e aceita internacionalmente pelo movimento social (Machado, 2008). Há uma variabilidade de sexos que permanecem invisíveis no paradigma binário (Machado, 2005). Segundo a Intersex Society of North America (ISNA), seres humanos manifestam mais de 47 condições intersexuais, diferentes do binarismo sexual macho ou fêmea, mas poucas delas são identificadas a olho nu (ISNA, 2008). Machado (2005, p. 249) afirma que “o sexo é tão construído na cultura quanto o gênero”, porque os limites entre o que se considera natural ou não depende de estar dentro ou fora de normas sociais. Assim, entende-se que o termo

“cissexual” está em contraponto a “intersexo”, como “cisgênero” está em contraponto a “transgênero”. No entanto, é importante frisar que as palavras “cisgênero” e “cissexual” são utilizadas muitas vezes de forma intercambiável. Acredita-se que, ao observar essa diferença, pode-se trazer luz a processos de violência que são específicos e diferentes, dependendo do marcador social de sexo ou de gênero.

O conceito de “heterocentrismo”, da forma como foi originalmente apresentado por Jesus (2013), acabava por conter as questões de sexo e gênero juntamente com as relacionadas à orientação sexual. Por essa razão, neste artigo, incluímos o conceito de “ciscentrismo” para representar o conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero (ou da cisgeneridade) e do sexo cissexual (ou da cissexualidade), conforme ilustrado na Figura 3:

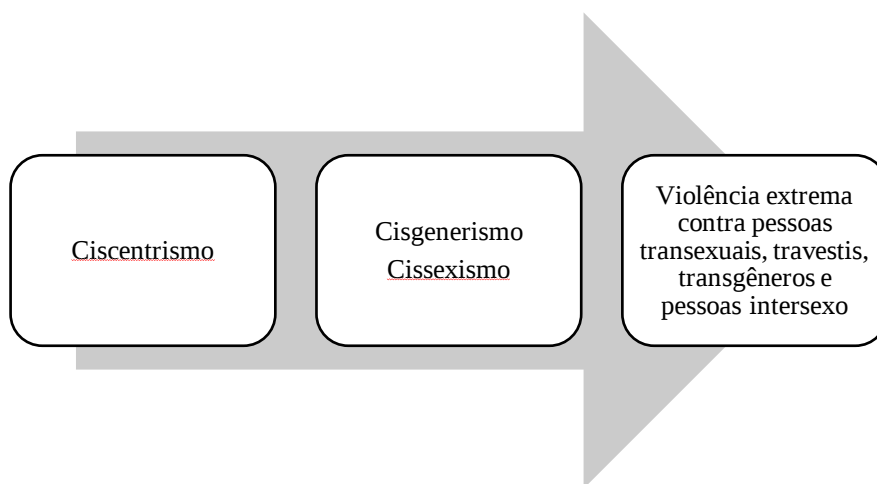


Figura 3. Processo de violência relacionado ao sexo e ao gênero

Com isso, possibilita-se a identificação de dimensões da violência contra pessoas que não são cisgêneras (transexuais, travestis e pessoas transgênero) e/ou que não são cissexuais (pessoas intersexo). Dessa forma, uma visão de mundo ciscentrista teria necessariamente duas dimensões: primeiro, considera que o sexo biológico seja o determinante do gênero – o homem é macho e a mulher é fêmea (Butler, 1990) e, segundo, considera que somente dois sexos binários e excludentes são o padrão de normalidade das genitálias e das características sexuais

(Machado, 2005, 2008). A primeira desconsidera o caráter psicossocial da construção dos gêneros e exclui as pessoas cuja vivência do gênero está desacordo com a noção de sexo designado. A segunda desconsidera a variabilidade das características anatômico-fisiológicas como diversidade e posiciona como defeito ou anormalidade qualquer característica sexual que esteja em desacordo com o modelo macho-fêmea. O compartilhamento de crenças ciscentristas fundamenta, portanto, os aprendizados culturais do cisgenderismo e do cissexismo, quais sejam, práticas de invisibilização e estigmatização de pessoas transgênero, transexuais, travestis e intersexuais, respectivamente. Neste texto, foram propositalmente separados os conceitos de cisgenderismo e cissexismo, pois embora complementares, são diferentes entre si. As práticas de invisibilização e estigmatização do gênero de pessoas não cisgênero (cisgenderismo) são diferentes das que invisibilizam e estigmatizam pessoas não cissexuais (cissexismo).

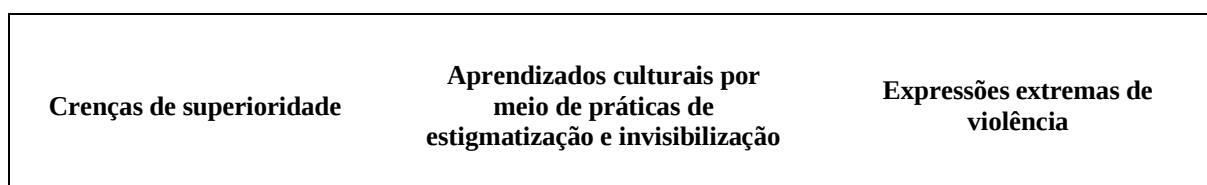
Se crenças ciscentristas são compartilhadas pela população geral, o mesmo pode acontecer em meio a profissionais da Psicologia (Sennott & Smith, 2011). Essas crenças podem fundamentar algumas práticas cisgenderistas e cissexistas encontradas entre psicólogos/os no Brasil, tais como: a desconsideração do uso adequado de pronomes e designantes gramaticais frente a pessoas trans, a negação das especificidades das demandas de saúde das pessoas transgênero e intersexo, o condicionamento de alterações corporais (médico-cirúrgicas ou hormonais) a uma decisão da/o psicóloga/o e a noção apriorística de sofrimento relacionado à transexualidade ou intersexualidade (Gaspodini & Falcke, 2018b, 2018c). Nesse sentido, sugere-se que a/o profissional examine suas próprias crenças ciscentristas e identifique práticas cisgenderistas frente a pessoas trans e práticas cissexistas frente a pessoas intersexo.

Para tanto, um importante material de apoio à/ao psicóloga/o foi recentemente traduzido pelos psicólogos e pesquisadores Ramiro Figueiredo Catelan e Angelo Brandelli Costa, originalmente publicado pela American Psychological Association (2015). O documento contém diretrizes com base em evidências para subsidiar boas práticas psicológicas com

peessoas trans e em não conformidade de gênero (American Psychological Association, Catelan, & Costa, 2015). Na mesma direção, o Conselho Federal de Psicologia lançou, em novembro de 2014, uma campanha pela despatologização das identidades trans e travestis, o que resultou em um site especial no ano de 2015 e que pode ser acessado como ponto de partida referencial no trabalho com demandas para as quais /ao profissional pode não ter recebido formação adequada (Conselho Federal de Psicologia, 2015). Além disso, emitiu uma nota técnica sobre o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde e demais formas de assistência às pessoas trans, buscando combater o modelo de doença ou a ideia de que o gênero precisa ser “corrigido” (Conselho Federal de Psicologia, n.d.). Por fim, os Conselhos Regionais em todo o país empregam esforços para inserir as discussões de gênero e atualizações podem ser acompanhadas por seus principais meios de divulgação.

Considerações finais

O fenômeno da violência contra diversidade sexual e de gênero, da forma como apresentado neste artigo, pode ser entendido como um processo sustentado por crenças de superioridade (heterocentrismo e ciscentrismo), as quais fundamentam práticas de invisibilização e estigmatização que são dessensibilizadas no cotidiano. Essas práticas se transformam, em suas expressões mais radicais, na violência extrema contra lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, assexuais, transexuais, travestis, pessoas transgênero, pessoas intersexo e em não conformidade de gênero. Os conceitos organizados no presente artigo foram resumidos na Figura 4.



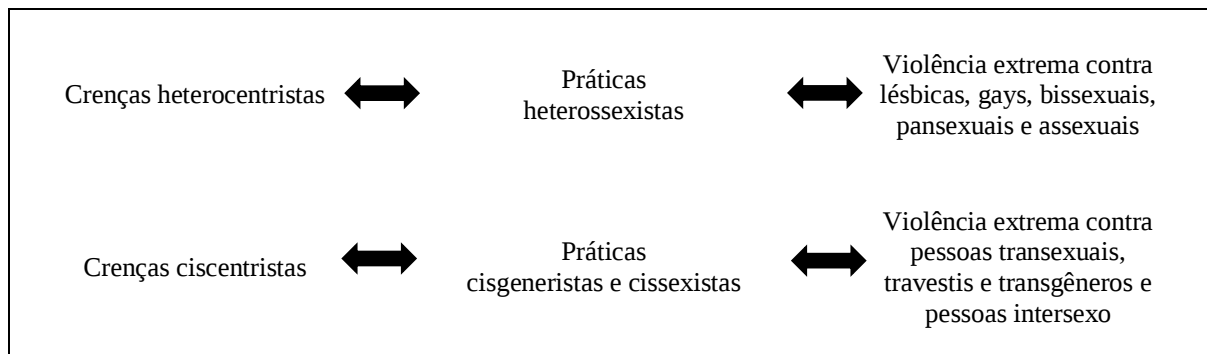


Figura 4. Organização de conceitos relacionados à violência contra diversidade sexual e de gênero

Diversidade sexual e de gênero é um paradigma que questiona o alinhamento aparentemente natural de dois sexos e dois gêneros mutuamente excludentes e uma orientação sexual – a heterossexualidade (Butler, 1990; Prado & Machado, 2008). Se a/o profissional psicóloga/o for capaz de identificar suas crenças e atitudes implícitas frente às minorias sociais, poderá também analisar se suas práticas, ainda que aparentemente em acordo com alguns discursos dominantes, representam ou reproduzem o que se entende por patologização do sujeito. Por essa razão, práticas despatologizantes em Psicologia dependem de uma formação e atualização profissional que considerem as especificidades das demandas de saúde dos marcadores sociais de diferença (Gaspodini & Falcke, 2019c).

A promoção de saúde e prevenção de sofrimento no atendimento integral à saúde de minorias sociais pode iniciar pela importância que a/o profissional atribui ao tema. Entende-se que diversidade sexual e de gênero é um campo de estudos de certa forma negligenciado nas ementas dos cursos de Psicologia do país (Borges, Canuto, & Oliveira, 2013). Sem formação adequada, a/o profissional lançará mão de suas próprias crenças no atendimento a essa população. Sabendo que, em geral, as crenças e atitudes sobre grupos sociais minoritários são negativas, então há a possibilidade de que a/o psicóloga/o realize práticas patologizantes, mesmo sem a intenção de fazê-lo (Gaspodini & Falcke, 2018c; Vezzosi et al., 2019).

Por fim, espera-se que, com a organização dos conceitos apresentados neste artigo, profissionais atuantes e psicólogos/os em formação possuam um material introdutório e didático que possibilite a análise de suas crenças e atitudes pessoais em relação a possíveis práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização. Este trabalho limita-se a uma apresentação de definições já existentes na literatura, contudo, acredita-se que, da forma como foram organizados, pode-se contribuir para a elucidação de especificidades de cada expressão no espectro de violência contra a diversidade sexual e de gênero.

Referências

- American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, 70(9), 832-864. doi:10.1037/a0039906.
- American Psychological Association, Catelan, R. F., & Costa, A. B. (2015). *Diretrizes para práticas psicológicas com pessoas trans e em não conformidade de gênero*. Retirado em 20/03/2020, de <http://crprs.org.br/diversidade>
- American Psychological Association / PsycEXTRA. (2017). *IPsyNet statement on LGBTIQ+ concerns*. doi:10.1037/e506952018-001
- Aultman, B. L. (2014). Cisgender. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1(1-2), 61–62. doi:10.1215/23289252-2399614
- Borges, L. S., Canuto, A. de A. A., Oliveira, D. P. de, & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia: Revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745. doi:10.1590/S1414-98932013000300016
- Bourdieu, P. (2014). *A dominação masculina*. (M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: BestBolso.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Canguilhem, G. (1966). *Le normal et le pathologique: Augmenté de Nouvelles réflexions concernant le normal et le pathologique*. Paris: Quadrige.
- Cava, P. (2016). Cisgender and cissexual. In A. Wong, M. Wickramasinghe, R. Hoogland, & N. A. Naples (Eds.), *The Wiley Blackwell encyclopedia of gender and sexuality studies* (pp. 1-4). doi:10.1002/9781118663219.wbegss131
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

- Conselho Federal de Psicologia. (2015). *Despatologização das identidades trans e travestis*. Retirado em 20/03/2020, de <https://despatologizacao.cfp.org.br/sobre>
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *A psicologia brasileira apresentada em números*. Retirado em 20/03/2020, de <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos>
- Conselho Federal de Psicologia. (n.d.). *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. Retirado em 20/03/2020, de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>
- Costa, J. F. (1995a). A construção cultural da diferença dos sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, 3(2), 3-8.
- Costa, J. F. (1995b). *A face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. doi:10.2307/1229039
- Fish, J. (2006). *Heterosexism in health and social care*. London, UK: Palgrave Macmillan. doi:10.1057/9780230800731_1
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018a). Diversidade sexual e de gênero na prática clínica em psicologia. In Sociedade Brasileira de Psicologia, R. Gorayeb, M. C. Miyazaki, & M. Teodoro (Eds.), *PROPSICO – Programa de atualização em psicologia clínica e da saúde: Ciclo 2* (pp. 83-110). Porto Alegre: Artmed Panamericana.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018b). Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 744–757. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018c). Sexual and gender diversity in clinical practice in psychology. *Paidéia*, 28(e2827), 1–9. doi:10.1590/1982-4327e2827
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual prejudice. *Annual Review of Psychology*, 64, 309-333. doi:10.1146/annurev-psych-113011-143826
- Intersex Society of North America. (2008). *Frequently asked questions*. Retirado em 12/10/2019, de <http://www.isna.org/faq>
- Jesus, J. G. de (Ed.). (2014). *Transfeminismo: Teorias e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Metanoia.
- Jesus, J. G. de. (2013). O conceito de heterocentrismo: Um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18 (3), 363–372. doi:10.1590/s1413-82712013000300003
- Jesus, J. G. de, & Kaas, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, 11(2), 8-19. Retirado em 20/03/2020, de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>

- Kaas, Hailey, & Bagagli, Bia P. (n.d.). *Transfeminismo: Feminismo interseccional relacionado às questões trans*. Retirado em 20/03/2020, de <http://transfeminismo.com>
- Laqueur, T. (1990). *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Louro, G. L. (Ed.). (1999). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Machado, P. S. (2005). O sexo dos anjos: Um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, (24), 249-281. doi:10.1590/s0104-83332005000100012
- Machado, P. S. (2008). Intersexualidade e o "Consenso de Chicago": As vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68), 109-123. doi:10.1590/S0102-69092008000300008
- Pelúcio, L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, 20 (1), 76-85. doi:10.1590/s0104-12902011000100010
- Prado, M. A. P., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo, SP: Cortez.
- Rankin, C. H., Abrams, T., Barry, R. J., Bhatnagar, S., Clayton, D. F., Colombo, J., ... Thompson, R. F. (2009). Habituation revisited: An updated and revised description of the behavioral characteristics of habituation. *Neurobiology of Learning and Memory*, 92(2), 135-138. doi:10.1016/j.nlm.2008.09.012
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5(4), 631-660. doi:10.1086/493756
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. doi:10.2307/1864376
- Sennott, S., & Smith, T. (2011). Translating the sex and gender continuums in mental health: a transfeminist approach to client and clinician fears. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 15(2), 218-234. doi:10.1080/19359705.2011.553779
- Suess, A. (2014). Cuestionamiento de dinámicas de patologización y exclusión discursiva desde perspectivas trans e intersex. *Revista de Estudios Sociales*, 35(49), 128-143. doi:10.7440/res49.2014.10
- Tenório, L. F. P., & Prado, M. A. M. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5), 41-55. doi:10.9771/peri.v1i5.17175
- Vezzosi, J. I. P., Ramos, M. de M., Segundo, D. S. de A., & Costa, A. B. (2019). Crenças e atitudes corretivas de profissionais de psicologia sobre a homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão* (39), e228539, 1-19. doi:10.1590/1982-3703003228539

Warner, M. (1991) *Fear of a queer planet*. Durham, UK: Duke University Press.

Yogyakarta Principles: The principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. (2007). Retirado em 20/03/2020, de http://data.unaids.org/pub/manual/2007/070517_yogyakarta_principles_en.pdf